



ISSN: 2595-5713

Vol. 03 | Nº. 5 | Ano 2020

**Júlia Tainá Monticeli Rocha**

# “A LIBERTAÇÃO DA MULHER É UMA NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO”: DA ORGANIZAÇÃO DA MULHER ANGOLANA À ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA (1961-1975)

THE LIBERATION OF WOMEN IS A FUNDAMENTAL NECESSITY FOR THE REVOLUTION”: Organization of Angolan Women and Organization of Mozambican Women (1961-1975)

**RESUMO:** A presente pesquisa procura analisar duas importantes organizações femininas, a Organização da mulher moçambicana (OMM) e a Organização da Mulher Angolana (OMA), em torno da construção dos projetos políticos e ideológicos que visavam a emancipação feminina. Essas organizações estavam vinculadas aos projetos de promoção nacional da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). O estudo desta pesquisa focaliza no tema da “libertação da mulher” durante a luta de libertação nacional. Utilizando como fonte histórica as publicações oficiais dos movimentos revolucionários, de 1961 a 1975, e que definiram suas diretrizes políticas. Analisando o desenvolvimento da construção de um projeto que tornou a situação da mulher um tema central para o movimento de libertação de Angola e Moçambique durante a luta anticolonial.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da África; História das Mulheres; Organização da Mulher.

**ABSTRACT:** This research seeks to analyze two important women's organizations, the Organization of Mozambican women (OMM) and the Organization of Angolan Women (OMA), around the construction of political and ideological projects that aimed at female emancipation. These organizations were linked to the national promotion projects of the Mozambique Liberation Front (FRELIMO) and the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA). The study of this research focuses on the theme of “women's liberation” during the national liberation struggle. Using as historical source the official publications of the revolutionary movements, from 1961 to 1975, which defined their political guidelines. Analyzing the development of the construction of a project that made the situation of women a central theme for the liberation movement of Angola and Mozambique during the anti-colonial struggle.

**KEY WORDS:** History of Africa; Women's History; Women's Organization.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

## “A LIBERTAÇÃO DA MULHER É UMA NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO”: Da Organização da Mulher Angolana à Organização da Mulher Moçambicana (1961-1975)

Júlia Tainá Monticeli Rocha <sup>1</sup>

### Introdução

Ao realizar o início das lutas anticoloniais, poucos podiam sugerir o quanto esse ambiente se tornaria fértil para novas pautas que orbitavam a causa principal da luta armada de libertação nacional. Com o desenvolvimento do conflito armado, alguns projetos de promoção nacional pautaram a emancipação das mulheres como um dos objetivos centrais da luta armada. Esse artigo concentra-se no estudo da Organização da Mulher Moçambicana organizada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e na Organização da Mulher Angolana formada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Com o objetivo de expor sobre os fatos condicionantes culturais, ideológicos, e, sobretudo, de ordem política que marcaram os discursos dessas Organizações na formação de juízos de valores sobre as mulheres, moçambicanas e angolanas, iniciadas no contexto da luta de libertação nacional.

Como se sabe, os contextos de desenvolvimento dos projetos políticos e ideológicos de ambas as Organizações estudadas nesse artigo são distintos entre si. Dessa forma, o artigo concentra-se na abordagem do que seria uma história intelectual da mulher, e que mantém como principal fonte de análise a documentação oficial do MPLA e da FRELIMO no que tange as Organizações políticas sobre a mulher de caráter político, filosófico e científico. Não desconsiderando, no entanto, como suporte para a formulação dessa análise outros registros importantes como jornais, periódicos e revista do período. Ao final, a pesquisa mantém o interesse não apenas nos recursos expressivos e temáticos do texto, mas também, dos princípios valorativos atribuídos pela visão política e ideológica dos Movimentos.

É importante ressaltar que a pesquisa não se concentra no estudo de vocábulos ou da gramática do texto, ou seja, vinculada a história da linguagem. A proposta está relacionada com diversos campos do saber, uma vez que, compreende que “toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística” (KOSELLECK, 2006, p. 104). Por fim, o estudo se vincula a construção linguística, retórico, imaginária e ideológica da figura feminina e sua instrumentalização política para a construção de uma mulher moçambicana e angolana homogênea que mais estaria de acordo com as propostas políticas defendidas pela FRELIMO e pelo MPLA entre 1961 e 1975.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Humanidades PUC/RS, bolsista CNPq. E-mail: [juliatainamonticeli@gmail.com](mailto:juliatainamonticeli@gmail.com)

É importante compreender a construção teórica do conceito de mulher refletida nos documentos oficiais utilizado, uma vez que, “um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias” (KOSELLECK, 2006, p. 109). Tanto Moçambique<sup>2</sup> como Angola<sup>3</sup> são territórios habitados por um grande número de povos. Esses povos não são homogêneos. É sensível afirmar que as distintas etnias se percebem de maneiras diferentes, e na maioria dos casos, como povos diversos e díspares entre si.<sup>4</sup> Assim como, é correto compreendermos que não existia o conceito único e homogêneo de mulher moçambicana ou angolana, e sim uma diversidade de mulheres que correspondem as características locais em que nasceram e que desenvolvem práticas culturais próprias de sua etnia. Estas mulheres vivem dentro de um complexo sistema religioso e diverso, realizando um modo de produção e organização social próprio, perpetuando uma visão própria sobre ser mulher. Impossibilitando a formulação de um conceito único sobre a mulher que compreendesse toda a diversidade étnica desses territórios.

Ocasionado por falta de tempo não será possível analisar cada uma das etnias existentes e sua visão sobre o que é ser uma mulher. Manteremos o foco na construção política e ideológicas do conceito de mulher para os projetos de promoção nacional da Frente de Libertação de Moçambique, e no Movimento Popular de Libertação de Angola que formularam uma visão particular no esforço em torno da construção da homogeneização identitária para a construção de uma “nova” sociedade.

O projeto político defendido pela FRELIMO mantinha como slogan principal, durante o período da luta anticolonial, os dizeres de Samora Moises Machel<sup>5</sup> “matar a tribo para nascer a nação”. Suas palavras de ordem apontavam para um caminho onde a organização social estaria completamente desvinculada de seu passado étnico. As contradições entre as sociedades de organizações sociais distintas foram vistas como retrógradas e suas estruturas definidas como “feudais tradicionais” (MACHEL, 1975). Assim como, após a independência de Moçambique, em 1975, uma das medidas levadas a cabo pelo governo foi a nacionalização do patrimônio da Igreja instituindo a laicidade do Estado. Não houve o reconhecimento da diversidade religiosa, cultural e étnica em todo o território moçambicano pela Frente que considerava práticas culturais “velhas” em oposição ao projeto de “nova” sociedade moçambicana de característica modernizadora desenvolvido pela FRELIMO.

---

<sup>2</sup> Segundo, Sônia Correia e Eduardo Homem (1977), só em Moçambique existem trinta e uma línguas diferentes originárias do tronco linguístico Banto, correspondentes aos onze principais povos que povoam Moçambique.

<sup>3</sup> Em Angola, são considerados, no mínimo, dez grandes povos que se subdividem em diversos pequenos povos.

<sup>4</sup> É possível perceber essas diferenças internas através da leitura dos livros da escritora Paulina Chiziane. A escritora moçambicana dedica-se a explicitar essas diferenças, e as identifica-las na vida cotidiana das mulheres que vivem em Moçambique.

No desenvolvimento do projeto político de interesse do MPLA também estava a edificação de uma “nova” sociedade. O apagamento da diversidade em prol da unificação e homogeneização de Angola tornou o projeto do líder Agostinho Neto<sup>6</sup> próximo ao da FRELIMO de Samora M. Machel. Em Angola, após a independência a terra também foi nacionalizada ou confiscada, as propriedades privadas que não eram confiscadas recebiam o título de “direito ao uso e exploração sobre os terrenos e propriedade do Estado”. Com a economia passando por um processo de planificação, tanto o MPLA como a FRELIMO, centralizaram o poder no Estado.

Dentro do contexto histórico proposto, o Movimento Popular de Libertação de Angola e a Frente de Libertação de Moçambique construíram um conceito homogêneo sobre mulher, e o utilizaram para propagar seus ideais políticos e ideológicos. É dentro dessa ótica que o conceito de mulher emancipada vai ser preenchido por novos significados vinculados aos projetos em desenvolvimento. Portanto, esse trabalho considera importante as reflexões de Koselleck (2006) quando o pesquisador afirma que o estudo dos conceitos está vinculado “ de certa forma, estamos tratando com formas vazias das dimensões temporais, que podem ser preenchidas como se achar melhor” (KOSELLECK, 2006, p. 104). Portanto, para a escrita desse artigo foi pertinente compreender que o conceito é uma construção histórica, como afirma Koselleck (2006), não apenas na modificação de velhos conceitos, como auxilia a criar novos, com diferentes significados, ao longo do tempo. Os conceitos formulados no passado e suas transformações no futuro refletem os artificios de legitimação ou deslegitimação, em um processo dialético dos tempos.

Por fim, importa salientar que a escrita desse artigo se concentra em três partes. A primeira está vinculada ao contexto histórico de criação da FRELIMO e do MPLA, a segunda parte se concentra na construção e formulação do projeto de mulher das Organizações femininas, foco principal do nosso estudo, e, por último, a análise da documentação oficial na definição do que era ser uma mulher para o MPLA e para a FRELIMO. Não estamos interessados em realizar uma pesquisa comparativa, uma vez que, apesar das semelhanças enquanto contexto histórico e político entre a FRELIMO e o MPLA, os dois movimentos mantêm diferenças importantes entre si. Por esse motivo, impossibilita a realização de uma história comparada, mas possibilita aproximações importantes indicadas ao longo do artigo e que tornam possível o estudo e as reflexões iniciais expostas sobre os dois projetos interessados em promover a igualdade de gênero.

---

<sup>5</sup> Samora Moisés Machel (1933-1986) foi o segundo líder político da FRELIMO, de 1969 à 1974, e primeiro presidente de Moçambique de 1975 até sua morte em 1986.

<sup>6</sup> António Agostinho Neto (1922-1979) Líder político do MPLA desde sua criação em 1956 até 1974, e primeiro presidente de Angola de 1975 até sua morte em 1979.

## **“A LUTA ARMADA AGINDO COMO CÁPSULA INCUBADORA”: da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)**

A decisão de uma organização única para combater o colonialismo português, tornou possível a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) a partir da fusão de três grandes movimentos nacionalistas já existentes: Mozambique African National Union (MANU), União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e União Democrática de Moçambique (UDENAMO). Os movimentos se agruparam em torno do objetivo traçado em comum, a independência total de Moçambique e o fim das estruturas coloniais. O movimento de caráter nacionalista, anticolonial, recebeu apoio dos países vizinhos, a exemplo de Malauí e Zimbábue, e de outros continentes como URSS, China e Cuba. Sua base política e militar foi estabelecida no país vizinho, a Tanzânia.

O I Congresso da FRELIMO definiu os órgãos fundamentais da Organização e estabeleceu a luta armada como meio para a conquista de uma independência total de Moçambique. O inimigo a ser combatido foi definido como o colonialismo português e o imperialismo. Além de reafirmar apoios internacionais, o primeiro congresso foi importante para a formulação da primeira constituição do movimento, vigente por seis anos e que apenas sofreu modificações em 1968 durante o II Congresso da FRELIMO:

1. Desenvolvimento e consolidação da estrutura da organização da FRELIMO;
  2. Desenvolvimento da unidade entre os moçambicanos;
  - [...]5. Empregar todos os esforços para promover o acesso rápido de Moçambique a Independência;
  6. Promover, por todos os meios, o desenvolvimento social e cultural da mulher moçambicana;
  7. Promover desde já a alfabetização do povo moçambicano, criando escolas onde for possível;
  8. Tomar as medidas necessárias afim de prover as necessidades dos órgãos dos diferentes escalões da FRELIMO;
  9. Encorajar e apoiar a formação e consolidação das organizações sindicais, de estudantes, da Juventude e de Mulheres; [...]
- (COMITE CENTRAL DA FRELIMO, 1963, p. 26-28).<sup>7</sup>

Após a formação do Comitê Central, uma série de medidas foram anunciadas como defendidas pela organização. Ainda que medidas muito simples, mantinham um caráter organizaci-

---

<sup>7</sup> Neste artigo, recorre-se como uso o material da documentação oficial do Comitê Central da FRELIMO. O Comitê Central foi regulado pelos Estatutos e pelo Programa da Frente de Libertação de Moçambique, estabelecidos durante o II Congresso da FRELIMO, realizado de 20 a 25 de julho de 1968.

onal do movimento, originando a estrutura do primeiro estatuto e programa da FRELIMO.<sup>8</sup> Entre os dezessete pontos defendidos, a formação política das mulheres já era um ponto de destaque.

O Movimento Popular de Angola (MPLA), por sua vez, foi criado a partir do partido da Luta Unida dos Africanos de Angola. Reunindo jovens assimilados no exílio e de outros pequenos grupos anticoloniais. Com inspiração na esquerda portuguesa, constituiu um movimento de libertação com um projeto político-ideológico de características modernistas. Em abril de 1974, partindo da sua base militar estabelecida na Tanzânia, o MPLA consegue tomar a cidade de Luanda (capital angolana) e mantém uma posição estratégica importante. Foi após essa vitória que a União Soviética ofereceu treinamento militar, tropas cubanas e armas. Com o fim da luta armada de libertação nacional o governo transitório favorece o MPLA que funda a República Popular de Angola e estabelece o controle do estado do recente país.<sup>9</sup>

A partir da independência de Angola, quando Agostinho Neto assume a presidência, o MPLA de movimento revolucionário passa a ser um partido político. As mulheres continuaram a ser uma questão crucial para o recente governo. Essa questão está explícita na primeira declaração de independência de Agostinho Neto:

A República Popular de Angola, sob a orientação justa do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) estimulará o processo de emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação e na produção para a resistência generalizada do nosso povo (Ministério da Informação, 1975, p. 16).<sup>10</sup>

Importa salientar um ponto incomum entre o MPLA e a FRELIMO, ambos os movimentos mantiveram suas bases político e militares na Tanzânia e foi partindo desse país que iniciaram a luta de libertação nacional. A independência da Tanganica (atual Tanzânia) tornou possível a transição dos movimentos políticos africanos para sua capital Dar-es-Salaam (capital do país). Entre os diversos movimentos, a FRELIMO e o MPLA, dependiam do apoio do país vizinho. Este manteve um papel central na formação de diversos movimentos revolucionários africanos. Como se sabe, a Tanzânia foi o berço dos novos movimentos nacionalistas desse período após a sua independência, em 1962, através do Tanganica African National Union (TANU) liderado por Julius Nyerere.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Apenas em 1977 a FRELIMO vai declarar manter uma política marxista-leninista.

<sup>9</sup> Em 1977 assumem uma política marxista-leninista e as medidas levadas a cabo pelo novo governo estavam de acordo com o projeto formulado pelo MPLA.

<sup>10</sup> Neste artigo recorre-se para a utilização dos documentos disponibilizados pelo Ministério da informação angolano publicado no livro Angola: documentos da independência. Luanda: Ministério da Informação, 1975.

<sup>11</sup> Após um plebiscito popular, Julius Nyerere torna-se o presidente da Tanganica após a independência. O líder político foi o responsável pela defesa na formação de uma unidade africana de tendência socialista. Seu projeto

Líderes e intelectuais como Julius Nyerere, Amílcar Cabral<sup>12</sup>, Frantz Fanon<sup>13</sup> e Mao Tsé-Tung<sup>14</sup> influenciaram ambos os movimentos revolucionários. Essa é uma das bases de compreensão desse artigo, as influências e tendências modernistas de caráter socialista do líder político, Samora Moisés Machel da FRELIMO e António Agostinho Neto do MPLA, tornaram possível a formulação de um projeto que procurava romper com o passado étnico e com a sociedade colonial. Objetivavam a promoção de um projeto político que visavam um futuro “novo” e moderno ao país. Segundo Patrick Chabal (2002), esses projetos foram resultados de guerras coloniais que culminaram na luta armada de libertação nacional, gerando uma esquerda que paulatinamente incorporaram em seus projetos políticos soluções oferecidas pelos políticos soviéticos do período. Os projetos políticos e ideológicos da FRELIMO e do MPLA, a partir de leituras particulares do socialismo, eram marcados pela ideia de progresso onde o futuro estava por ser formulado e construído.

Baseados na lógica de ruptura do socialismo, os projetos estavam fundamentados na ideia de construção de uma “nova” sociedade. A independência significou o momento ideal para a edificação dessa nova realidade. Portanto, a tentativa de unificação tanto de Angola e Moçambique após a independência, era o resultado das práticas políticas formuladas ainda durante a luta anticolonial. A ideia de um padrão identitário pautado pelo Estado resultou em uma vigilância do comportamento social dos moçambicanos e angolanos. O objetivo central do projeto político e ideológico de ambos os movimentos populares centrava-se na edificação de uma nação única, homogênea e que ansiava pela diminuição das diferenças étnicas.

Portanto, ambos os processos políticos promoveram o apagamento da diversidade étnica existente ao atacar as sociedades tradicionais<sup>15</sup> existentes em seu território. O pesquisador Ricardo Soares de Oliveira (2015) afirma que foi no processo de reconstrução nacional que o MPLA, ao tentar moldar a nação, estabeleceu a imagem do MPLA como hegemônica sobre o país. Ambos os projetos mantinham uma expressão do materialismo científico e mantinham uma atitude hostil com as manifestações da sociedade tradicional. Dessa forma, o MPLA e a FRELIMO esperavam conquistar um poder incondicional, na medida em que o poder dos líderes étnicos seria eliminado. Agostinho Neto identificou esse processo como a “descolonização do espírito”, enquanto Samora Moisés Machel defendia “matar a tribo para nascer a nação”.

---

político refletia sobre a realidade africana, favorecendo o surgimento de movimentos anticoloniais orientados política e ideologicamente a partir do que nomeou como um “socialismo tipicamente africano”.

<sup>12</sup> Amílcar Cabral, considerado como o ideólogo da independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, um dos fundadores do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde e teórico marxista.

<sup>13</sup> Frantz Omar Fanon foi um psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista francês.

<sup>14</sup> Mao Tsé-Tung foi um político, teórico, líder comunista e fundador da República Popular da China.

<sup>15</sup> Usa-se o termo “tradicional” neste texto para designar povos que mantinham costumes e práticas culturais próprias de suas etnias e que os diferenciam entre si. De nenhuma maneira seu significado está relacionado a povos estáticos ou parados no tempo.

Esses projetos fundamentaram a busca pelo “novo” e “moderno” na esperança de uma reorganização social total. É dentro desse contexto que o historiador Marçal M. Paredes (2014) afirma que no caso moçambicano, a construção da nação abarcou múltiplas camadas identitárias, onde foi visível perceber a presença cultural de diferentes períodos com lógicas de ruptura política e de construção de uma “nova” sociedade. Para a formulação desses projetos o período da luta armada de libertação nacional funcionou como um ambiente fértil de discussão de novas ideias. Segundo Samora Moisés Machel, o período após o fim da luta anticolonial seria o momento propício para levar a cabo o projeto. Portanto, a luta anticolonial era o espaço ideal para o desenvolvimento e formulação do projeto:

A luta armada, agindo como cápsula incubadora, criou as condições para que as massas estejam receptivas às ideias de progresso e revolução. Não desencadearmos a batalha quando as condições estão maduras é falta de visão política, um erro estratégico (MACHEL, 1975, p. 19).

Podemos afirmar, ao fim, que os dois projetos mantinham uma tendência totalitária e procuravam um monopólio do poder para além da esfera política e econômica. A tentativa do controle da esfera cultural, através dos projetos de reenquadramento identitários, viabilizou um momento de caos social após a independência. Em prol dessa ruptura foram realizados atos autoritários para impor os projetos políticos do MPLA e da FRELIMO. Transformando os meios de organização em massa em meios de controle direto sob o poder do Estado. Foi dentro desse projeto de reenquadramento identitário em desenvolvimento que surge a tentativa de controle e homogeneização das mulheres ao criarem a Organização da Mulher Moçambicana e a Organização da Mulher Angolana.

### **A mulher no centro do projeto: Organização das Mulheres Moçambicanas e a Organização da Mulher Angolana**

Segundo a documentação oficial, em Moçambique, a criação do Destacamento Feminino (DF) se deu durante a luta anticolonial, em 04 de março de 1967, inicialmente contavam com a participação de 25 mulheres que integraram as Forças Populares da FRELIMO. Outras leituras possíveis, contrariando a documentação oficial, como da pesquisadora Isabel Casimiro (2004), apontam que o Destacamento Feminino se formou a partir da vontade própria das mulheres que procuraram a base de treinamento da FRELIMO, na Tanzânia, e dedicavam-se a impulsionar a Revolução em Moçambique. As mulheres confrontaram a necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas ou naquelas ainda mantidas pelo controle português. Objetivavam enfrentar as tropas portuguesas lado a lado com os militantes homens. Segundo



Casimiro (2004), a mobilização dessas mulheres inicia ainda em 1965, um ano após o início da luta anticolonial, formando o primeiro grupo de mulheres que solicitaram o treinamento político e militar, constituindo primeiro grupo do Destacamento Feminino.

A direção do Destacamento feminino foi escolhida pela FRELIMO, entre elas vinculam-se os nomes de Josina Machel, Marina Pachinuapa uma das primeiras mulheres a tornar comandante da FRELIMO, Mónica Chitupila e Deolinda Guezimane.

A insegurança sentida pelas mulheres, segundo a argumentação de Casimiro (2004), impulsionou sua vontade de organização sobre a liderança da FRELIMO. No sul do país era comum a ausência masculina nas comunidades, devido ao trabalho forçado instituído pela colonização portuguesa, milhares de homens foram levados as minas localizadas na África do Sul. Como consequência da ausência dos homens, povoados inteiros eram formados por crianças, velhos e mulheres que assumiam o papel antes realizado pelos homens. Ao norte o trabalho forçado não era comum como no sul, porém a mobilização de capital humano para o fortalecimento das bases militares da FRELIMO também foi outro ponto que contribuiu para a ausência masculina, uma vez que a base militar da FRELIMO localizava-se no país vizinho ao norte. Esses dois fatores forçaram as mulheres a ocuparem os mais diversos espaços sociais exercendo inúmeras atividades econômicas.

O reconhecimento pelo Comitê Central, contudo, só veio em 1972, apontando a criação do DF como uma das decisões mais importantes tomadas pela organização dentro das Forças Populares de Libertação de Moçambique.<sup>16</sup> É possível perceber que o reconhecimento das mulheres na luta anticolonial não foi assumido de maneira imediata, foram os ganhos resultados de seus trabalhos junto as tropas masculinas da FRELIMO que ocasionaram seu reconhecimento por parte da direção do Comitê Central. A participação feminina como linha de frente da luta anticolonial surpreendeu a FRELIMO. As mulheres garantiram diversas vitórias no campo de batalha, além de sua ampla contribuição no campo político. Deste modo, a mulher foi reconhecida como ferramenta fundamental nas vitórias da FRELIMO contra o colonialismo português:

Este fato, e a participação efetiva das mulheres no Destacamento Feminino, para além das limitações e insuficiências que teremos ocasião de verificar, representa um marco histórico na condição da mulher moçambicana, uma ruptura brusca mas tornada imperativa por séculos de opressão a que se contrapunha o desencadeamento da luta armada de libertação nacional.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> 5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. Revista Voz da Revolução, 1972.

<sup>17</sup> 5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. Revista Voz da Revolução, 1972.

A criação do DF durante a luta de libertação, manteve ativa a participação das mulheres nos quadros da Frente. Operaram como peças fundamentais no desenvolvimento de melhorias nos campos como da saúde, da educação e do saneamento básicos nas zonas de libertadas, através das campanhas de mobilização junto à população.<sup>18</sup> O Destacamento foi importante para o desenvolvimento de uma nova visão dos homens sobre as mulheres. Porém, a criação do Destacamento Feminino não garantiu o rompimento dessas mulheres e homens com os valores percebidos como reacionários e burgueses pela FRELIMO, assim como, não determinou o fim da desigualdade de gênero:

Ao nível de participação concreta, o peso dos mitos manifesta-se de várias formas. Tomaremos um dos exemplos mais significativos: por vezes as mulheres que participam no Destacamento Feminino consideram essa participação não uma atitude normal e permanente, mas um momento excepcional na sua vida. Dois ou três anos mais tarde, as militantes do Destacamento Feminino abandonam as fileiras do Exército e regressam às famílias para casar, e ter filhos e permanecer em casa pois é esta a função social que elas consideram ser-lhes destinadas. Se tomamos este exemplo é para mostrar que mesmo no seio das mulheres cujo nível político é mais avançado e cuja integração na luta bastante grande o peso das tradições persiste.<sup>19</sup>

Até 1973, o único corpo organizacional existente exclusivamente de mulheres dentro da FRELIMO era o Destacamento Feminino. O DF era insuficiente em abranger a totalidade das mulheres em território moçambicano. Conseqüentemente, muitas mulheres não obtinham os requisitos necessários para a participação militar e ficavam a margem da luta revolucionária. Foi necessária a criação de uma organização maior que mantivesse objetivos claros de reivindicação de direitos políticos e sociais referentes a emancipação das mulheres moçambicanas. A criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) foi decidida em 1972 pelo Comitê Central, e criada em 1973 durante a I Conferência da Mulher Moçambicana.

Pensada e organizadas por homens, as indicações da 5ª sessão do Comitê Central da FRELIMO realizada em dezembro de 1972, mantinham entre suas pautas a criação da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), e também, a realização da Primeira Conferência da Mulher Moçambicana, ambas realizadas em 1973. As designações foram publicadas pela Revista Voz da Revolução, em 1972, ao fim da reunião:

[...] O Comitê Central considerou que uma das tarefas prioritárias da nossa luta deve ser o combate pela emancipação da mulher, combate que deve constituir uma preocupação essencial de todos os revolucionários moçambicanos, tanto

<sup>18</sup> As campanhas de mobilização foram um dos objetivos centrais no início da criação do Destacamento Feminino, atuando nas mais diversas áreas nas zonas libertadas pela FRELIMO. Esse objetivo torna-se central novamente após a criação da Organização das Mulheres Moçambicanas.

<sup>19</sup> 5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. Revista Voz da Revolução, 1972.

dos homens como das mulheres. Isso permitirá não só mobilizar de maneira efetiva as potencialidades da mulher moçambicana ao serviço da luta contra o colonialismo português, mas também pôr um termo às práticas discriminatórias e exploradoras da sociedade tradicional e colonial em relação à mulher, permitindo-lhe assumir integralmente o seu papel de cidadã. A fim de impulsionar este combate pela emancipação da mulher o CC decidiu criar uma Organização das Mulheres Moçambicanas, que tendo por núcleo o Destacamento Feminino permita englobar todas as mulheres engajadas nos diversos sectores de atividade.<sup>20</sup>

Desta reunião, o Comitê Central da FRELIMO elaborou, em 1972, o documento intitulado *A mulher é elemento transformador da sociedade* que integra o volume nº 10 da coleção "Estudos e Orientações" publicado em 1976. Em processo de luta anticolonial o trabalho salientava os motivos que levaram a integrar a emancipação da mulher entre os objetivos centrais da FRELIMO. A Frente reservou um papel estratégico à divulgação de informações, que segundo Samora Machel, havia definido como um instrumento fundamental para a educação, organização e mobilização popular. Seu objetivo era desenvolver uma consciência política, conduzindo a população a transformar seu comportamento para a formação coerente aos valores socialistas e fieis à FRELIMO. Deste modo, foi através da coleção "Estudos e Orientações" que o Comitê Central promoveu o sistema capitalista como grande motivador da subjugação da mulher à mercantilização do seu próprio corpo.

Assim como no caso moçambicano, durante a luta armada de libertação angolana, de 1961 a 1974, a emancipação da mulher também foi considerada crucial para a Revolução e um "pré-requisito para o desenvolvimento nacional" (HOLNESS, 1983, p. 125). A Organização da Mulher Angolana (OMA) foi criada em 1961, em Dar-es-Salam na Tanzânia, durante a luta anticolonial. O objetivo principal do Destacamento Feminino angolano era de apoiar o exército popular do MPLA, atuando desde a preparação e transporte de alimentos e armas à frente de batalha, no entanto, também passaram a atuar em processos de alfabetização das escolas do MPLA e nos cuidados à saúde dos combatentes.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) se comprometeu com a transformação total das relações sociais baseadas no princípio de igualdade de acesso aos meios de produção, levando a adotar uma estratégia de combate para restituir à mulher ao lugar de direito que lhe haviam atribuído na "nova" sociedade revolucionárias. Para tanto, o MPLA reuniu esforços para a criação da Organização das Mulheres Angolanas (OMA), projetada para defender os interesses femininos e reivindicarem direitos fundamentais, mantendo em sua organização principalmente as mulheres do destacamento feminino angolano. Aderiram também a Organização todas as mulheres que ficavam a margem do desenvolvimento da luta armada,

---

<sup>20</sup> 5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. Revista Voz da Revolução, 1972.

como mulheres do meio rural e intelectuais. Constituinte uma parte importante do seu projeto político, a OMA mantinha o objetivo de desenvolver a educação das mulheres na propaganda da ideologia do movimento, não só para a construção de uma sociedade socialista, mas para a edificação de uma “nova Angola”. Para Patrício Batsíkama (2020), a escrita da presidente da OMA Deolinda Rodrigues manifestava em suas publicações oficiais a capacidade feminina sofisticada de articulação política.

Ao final, é preciso apontar que para além das Organizações de Mulheres, de ambos os Movimentos Revolucionários estudados, tenham se desenvolvido dos Destacamentos Femininos e da coragem das primeiras combatentes em participar dos grupos de treinos políticos e militar. As duas Organizações compartilham outras características importantes e que não vamos nos aprofundar. Ambas as Organizações partilharam do mesmo espaço de criação, ou seja, na Tanzânia se desenvolveram a partir das vitórias e ações do Destacamento Feminino no contexto dos anos iniciais da luta armada e formação dos movimentos revolucionários. Ambas as Organizações participavam de conferências e reuniões com outros grupos que formavam a luta armada de libertação nacional de seus países. Ambas as Organizações constituíram a imagem de “heroínas nacionais” homenageadas até os dias atuais, Deolinda Rodrigues do MPLA e Josina Machel da FRELIMO.<sup>21</sup>

### **“A LIBERTAÇÃO DA MULHER É UMA NECESSIDADE”: A mulher na documentação oficial da FRELIMO e do MPLA**

Como mencionado anteriormente, Angola e Moçambique formam um território marcadamente pluriétnico e multiculturais. Essa característica torna impossível a descrição de um conceito unitário sobre a mulher. A existência da diversidade de concepções de diferentes mulheres em escalas de compreensão diversa é a realidade desses territórios até os dias atuais. Suas distinções são marcadas por línguas, religiões, modo de interpretar o mundo, ritos e práticas culturais distintas. Tornando a imposição de uma visão única sobre a mulher, em um processo extremamente violento de apagamento e silenciamento dos diferentes povos que formam os países.

Na tentativa de compor imagética e teoricamente a mulher angolana e moçambicana, a FRELIMO e o MPLA, formularam um projeto político e ideológico pela “libertação da mulher”. Para o desenvolvimento e propagação desse projeto, a Organização da Mulher Moçambicana e a

---

<sup>21</sup> É em homenagem a Deolinda Rodrigues que o dia nacional da mulher em Angola é comemorado em 2 de março em referência ao dia 2 de março de 1967 data do seu rapto por militantes da UPA, juntamente com outras quatro responsáveis pela OMA, Engrácia dos Santos, Irene Cohen, Lucrecia Paim e Teresa Afonso. O rapto culminou na morte das militantes do MPLA. Em Moçambique, o dia nacional da mulher é comemorado no dia 7 de abril em referência a data de morte de Josina Machel, importante líder revolucionária da OMM.

Organização da Mulher Angolana, foram espaços de discussão sobre direitos femininos. Emergindo assim um escudo de pautas femininas que sugeriam que o gênero feminino poderia ser reconstruído dentro de suas ambivalências resultantes das condições ideológicas e sociais.

Esse momento é marcado por discursos dos líderes revolucionários Samora M. Machel em Moçambique e Agostinho Neto em Angola. A defesa pelo direito feminino em seus discursos tornou-se materiais de estudo durante seus governos. Portanto, considerados como documentação oficial do partido. A defesa da emancipação feminina, considerada como crucial para a libertação do próprio país, dotou o discurso desses líderes de características inovadoras em relação aos aspectos do gênero. Em suas análises procuraram explicar as estruturas que oprimiam a mulher, como combater a ideia de inferioridade feminina e como seria a mulher emancipada. Iniciaram dessa maneira, a defesa de um projeto político e ideológico baseado na igualdade de gênero.

Em 1973, Samora M. Machel discursou na abertura da primeira conferência da mulher moçambicana. Seu discurso "A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo", referência utilizada para nomear esse artigo, afirma que a emancipação feminina só seria possível se estivesse vinculada a libertação nacional:

A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. *A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo.* A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher (MACHEL, 1975, p. 18. Grifo original).

A Revolução moçambicana era o objetivo central da FRELIMO no período da luta de libertação nacional, no qual se concentrava na destruição do sistema colonial capitalista e da sociedade tradicional como exposto anteriormente. Sua finalização levaria, para a FRELIMO, a uma verdadeira libertação nacional através de uma nova sociedade libertada e reconstruída. Dentro dessa Revolução a emancipação da mulher estaria atrelada a vitória da FRELIMO, e por consequência, ao poder total da organização sobre o território moçambicano e sua população. Como se vê, o líder menciona que a ideia de barrar a emancipação da mulher contrariava os valores revolucionários da própria FRELIMO.

Em outras palavras, para Samora M. Machel, há uma relação direta entre independência, socialismo e emancipação feminina em seus discursos de nacionalidade. Assim, abre-se espaço para um grande conflito do ponto de vista cultural, uma vez que a tentativa de eliminação de

práticas características das diversas etnias, ocasionava no não reconhecimento dos valores e modos de vida da população do país. Na procura de estabelecer um conceito unitário de mulher moçambicana, o processo resultou na negação global por parte da FRELIMO – tanto dos princípios religiosos como das visões de mundo que mantinham esses povos.

Dentro do projeto político-ideológico idealizado, a mulher carregou um papel central para a contribuição no sentido de destruir o sistema de exploração estabelecido pelo colonialismo. Nesses termos, a mulher foi uma das pautas mais mencionadas nos discursos feitos por Samora Machel, sublinhando-a como uma necessidade fundamental da própria Revolução moçambicana. Para ele:

Dizer-se que a mulher não sente a necessidade de se libertar, ou que muitas vezes é a FRELIMO, e não as mulheres, quem defende a emancipação da mulher, é um argumento sem peso, que não resiste à análise. As mulheres sentem essa dominação, sentem a necessidade de modificar a sua situação. O que existe é que a dominação exercida pela sociedade, asfixiando-lhes a iniciativa, impede-lhes frequentemente de exprimir as suas aspirações, impede-lhes de conceberem os métodos da sua luta. É a este nível que intervém a FRELIMO, vanguarda consciente das mulheres e homens de Moçambique, do Povo oprimido; ela formula a linha, indica os métodos de combate (MACHEL, 1975, p. 18-19).

A mulher moçambicana da FRELIMO formaria uma nova sociedade, antagônica ao modelo burguês criticado por Samora M. Machel. Por isso, o papel central da figura feminina nesse projeto destruiria os alicerces do sistema capitalista, colocando fim na exploração do homem pelo homem. Sua função como militante consciente dos princípios reguladores do modelo de sociedade moçambicana formado pela FRELIMO destruiria as práticas tradicionais mencionadas por ele no discurso analisado: o lobolo, a poligamia, os ritos de iniciação e os casamentos forçados. Tudo porque eram interpretados pela FRELIMO como exercícios tradicionais que apenas cumpriam a função de explorar a mulher.

Dessa forma, só haveria libertação feminina pela orientação política e ideológica da FRELIMO. Nesse sentido, a organização, mobilização e união eram consideradas peças fundamentais para o combate libertador da mulher e a criação da Organização da Mulher Moçambicana era peça chave nesse processo. Para Machel a OMM representava uma luta internacional, uma vez que:

A sua tarefa central, além da anterior, é a de mobilizar a opinião internacional a favor da nossa luta, e exprimir a solidariedade da mulher e do Povo moçambicanos para com a luta libertadora e revolucionária das mulheres e dos Povos do mundo inteiro. Um combate, particularmente, impõe-se à Organização: manter sempre agudo o sentido real da emancipação, reforçar a luta ideológica contra as tentativas de desvirtuar a luta da mulher e de isolá-la da Revolução. É a adesão firme à linha, compreendida, assumida e vivida no detalhe do quotidiano,

que fornecerá à Organização e à mulher o sentido necessário de vigilância, para detectar no embrião a mais pequena ofensiva ideológica reacionária (MACHEL, 1975, p. 29 - 30).

No trecho citado, o que se vê é que a OMM era fundamental para a estrutura de enquadramento e orientação das mulheres dentro da linha política da FRELIMO, estabelecendo, desde sua criação, as tarefas de mobilização da opinião internacional a favor da luta anticolonial em todo o continente africano. Ou seja, havia um uso da mulher na divulgação internacional do projeto para maior mobilização da opinião pública e de denúncia da violência do colonialismo português. Das atividades no exterior, entre as inúmeras conferências e reuniões presenciais das mulheres da FRELIMO, em 1970, a realização da Segunda Conferência do Departamento de Educação e Cultura na Tanzânia reuniu mulheres de diversos países que participavam das lutas anticoloniais africanas. Desse encontro, a troca de experiências e teorias entre as mulheres da FRELIMO e as mulheres do MPLA, através de suas Organizações, foi uma realidade.

Portanto, Organização da Mulher Angolana compartilhava da vinculação com a Revolução do MPLA. Acreditando na vitória do Movimento como meio de desenvolvimento de sua própria emancipação. O comprometimento de tarefas revolucionárias e o desenvolvimento de uma consciência política também eram pautas defendidas no território que conhecemos hoje como Angola:

Consciente do seu papel na revolução e da superação dos muitos complexos nela inculcados durante séculos, a mulher angolana avança, criando a força e a responsabilidade necessárias às realidades da guerra, de forma a trabalhar com sucesso em todas as tarefas da revolução. Assim, a mulher angolana, uma presença passiva em anos passados, surge agora como alguém que coopera activamente na formação, saúde, produção e combate, e nas várias campanhas lançadas na revolução. E só o tempo permitirá que ela se prove cada vez mais.<sup>22</sup>

É interessante apontar que a afirmação do Movimento sobre a transformação da mulher de uma “presença passiva” para, assim que inicia sua participação na luta armada do MPLA, a mulher é considerada ativa na “formação, saúde, produção e combate”. A ideia da mulher transformando-se em revolucionária, e, por fim, em uma “nova” mulher compartilha da ideia da FRELIMO de um elemento a ser transformado. Essa mulher revolucionária, consciente, ativa politicamente, filiada ao MPLA, combatente nas diversas frentes da Revolução e atuando em campanhas de mobilização era o caminho que o MPLA traçou ainda nos anos da luta armada de libertação nacional.

---

<sup>22</sup> OMA, nº 1, 1973, Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, disponível em: Casacomum.org, Link de acesso: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10201.026>> Acesso em jan.2018.

O desenvolvimento dos projetos políticos e ideológicos da FRELIMO e do MPLA, durante a luta armada de libertação nacional, construíram ideários libertadores importantes para as sociedades após o fim da luta armada de libertação nacional. A emancipação feminina se tornou um dos assuntos mais pautados pelos discursos dos líderes revolucionários desses países. Assim como as vitórias e ações das mulheres do Destacamento Feminino, principalmente na mobilização de mais mulheres em torno das lutas anticoloniais, contribuíram para a criação e o desenvolvimento das Organizações de mulheres.

Por outro lado, o desenvolvimento dos discursos, tanto do MPLA como da FRELIMO, limitou a luta por emancipação feminina nas políticas de modernização dos movimentos revolucionários. Essa vinculação percebida como fundamental resultou em complexas contradições, uma vez que, a mulher deveria ser protagonista de sua luta, não obteve oportunidades o suficiente para desenvolver pautas singulares para sua própria emancipação. Dessa forma, as mulheres que decidiram agregar ao projeto dos movimentos revolucionários mantiveram como pauta principal as tarefas que foram a elas atribuídas a partir da construção de um projeto majoritariamente construído pelos dirigentes homens dos Movimentos. Cumprindo o comprometimento da disponibilidade permanente aos interesses da Revolução. Muitas vezes optando por se silenciar frente as discussões importantes em espaços de tomada de decisão que só foram denunciadas pelas ex-combatentes de ambos os Destacamentos Femininos anos depois.

23

Dito isso, fica explícito a complexidade da compreensão sobre a concepção do conceito de mulher moçambicana ou angolana desenvolvidos nas nuances contextuais entre os discursos de Samora Moisés Machel e a documentação oficial da Organização da Mulher Angolana. A disputa por preencher de novos significados o conceito de mulher se constituiu no tecer do postulado da FRELIMO e do MPLA, e legitimou um controle sobre o comportamento feminino. Como justificativa, o estabelecimento da “libertação da mulher” das formas que a oprimiam resultaria em sua total emancipação.

Mobilizando o conceito para o uso político, a mulher estava atrelada, segundo Samora M. Machel (1975), a um “engajamento político consciente”. É dentro desta perspectiva, que a mulher é percebida como um elemento moldável ou definível. Ou seja, um elemento a ser transformado para o desenvolvimento da nova proposta sociocultural, e, após sua conclusão, seria um agente transformador da própria sociedade. Esse complexo debate refletido nos documentos analisados nesse artigo adiciona a percepção de que o gênero feminino é possivelmente construído ou reconstruído a estar de acordo com uma “nova” sociedade também construída ou reconstruída. Esse projeto vai culminar em momento de caos e desestabilidade



cultural nos anos iniciais dos governos do MPLA e da FRELIMO gerando graves consequências na vida de milhares de mulheres.<sup>24</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BATSÍKAMA, Patrício. Poder no Feminino. Caso da Deolinda Rodrigues “Langidila,” **África(s)**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África 7, 13, p. 13 – 29, 2020.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2004.

CHABAL, Patrick. **A History of Postcolonial Lusophone Africa**. Indiana: Indiana University Press, 2002.

CHIZIANE, Paulina. **Niketche** : uma história de poligamia Sao Paulo : Companhia das Letras. 2004.

CORREIA, Sônia; HOMEM, Eduardo. **Moçambique primeiras machambas**. Rio de Janeiro: Margem, 1977.

HOLNESS, Marga. Angolan women's congress. **African Political Economy**, v. 10, n. 27/28, p. 125-129, 1983.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Puc/Rio, 2006.

MACHEL, Samora. **Mozambique**: sowing the seeds of revolution, Committee for Freedom in Mozambique, Angole & Gainé: London, 1974.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **Magnífica e Miserável. Angola desde a Guerra Civil**. Lisboa: Tinta da China, 2015

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da Identidade Nacional Moçambicana no pós-Independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. **Dossiê África**. Porto Alegre, Anos 90, v. 21, n. 40, p. 131-161, dez. 2014.

## DOCUMENTOS:

5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. **Revista Voz da Revolução**, 1972.

DOCUMENTAÇÃO DO COMITE CENTRAL DA FRELIMO. In: MUIUANE, Armando Pedro. **Datas e Documentos da FRELIMO. De 1960 a 1975- O ano da independência de Moçambique**. 3. ed. Maputo: nov. 2006. p. 92- 104.

MACHEL, Samora Moises. **A Libertação da mulher**. São Paulo: Parma, 1975. p.13-44.

---

<sup>23</sup> Para mais informações sobre esse assunto, ver em: CASIMIRO, 2004.

<sup>24</sup>Para refletir sobre as consequências apontadas no artigo recomenda-se o filme A virgem margarida (2013) direção de Licínio de Azevedo.

MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO. **Angola**: documentos da independência. Luanda: Ministério da Informação, 1975.

OMA, nº 1, 1973. Disponível em: **CasaComum.org**, Link de acesso: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10201.026>> Acesso em jan.2018.